



MINISTÉRIO DAS MULHERES
Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres
Diretoria de Proteção de Direitos

ATA DE REUNIÃO

Aos 18 dias do mês de setembro de 2026, às 15h39, na Sala Plenária do 10º andar da Torre A do Edifício Parque Cidade Corporate, localizado no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 9, Asa Sul, em Brasília/DF, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (PNPF), convocada por meio do Ofício Circular nº 298/2026/MMULHERES (SEI nº 64065435), sob a presidência de Estela Bezerra, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Secretária-Executiva do Comitê Gestor do PNPF, com a presença das representantes titulares e suplentes do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (CG-PNPF), designadas pela Portaria GM/MMulheres nº 63, de 3 de junho de 2026, bem como de convidadas e convidados, conforme registrado no documento Anexo - Lista de Presença da 9ª Reunião Ordinária do CG-PNPF, de 18 de setembro de 2026 (SEI/MMulheres nº 64565234), e discriminado a seguir: (i) *Representantes do CG-PNPF - presenças registradas*: Estela Bezerra e Terlúcia Maria da Silva, titular e suplente do Ministério das Mulheres (MMULHERES); Nicolau de Medeiros Faustino, titular da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR); Juliana Mendes Rodrigues, titular do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Maria Clara D'Ávila Almeida, suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Tatiana Lemos Sandim, titular do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); Lennon Ferreira Corezomáé, suplente do Ministério dos Povos Indígenas (MPI); e Angela Fernandes Leal da Silva, suplente do Ministério da Saúde (MS). (ii) *Representantes do CG-PNPF - ausências registradas*: Bárbara Oliveira Souza e Livia de Meira Lima Paiva, titular e suplente do Ministério da Igualdade Racial (MIR), ausências justificadas, a primeira por motivo de saúde, mediante atestado, e a segunda em razão de outra agenda; Débora Nogueira Beserra, suplente da CC/PR; Clara Carolina de Sá e Maíra Tainá de Almeida Magalhães, titular e suplente do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Symmy Larrat Brito de Carvalho e Candida de Souza, titular e suplente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Maria do Rosário Figueiredo Tripodi e Clélia Mara dos Santos, titular e suplente do Ministério da Educação (MEC); Ariana Frances Carvalho de Sousa, suplente do MGI; João Alberto Nogueira Junior, titular do MJSP; Raquel Maria Soares Freitas, suplente do MPO; Giovana Cruz Mandulão, titular do MPI; e Regina Vianna Brizolara, titular do MS. (iii) *Convidadas e Convidados*: da Controladoria-Geral da União (CGU), as Auditoras Federais Tália Kelin Barreto Melo e Julia Heide Pires Rocha Ribeiro; da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério das Mulheres (AECI/MMULHERES), Patricia Secco, Assessora Especial de Controle Interno, e Ana Carolina Moreira, Assessora Técnica; do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Laudjane Domingos da Silva, Conselheira Titular, representante da União Brasileira de Mulheres (UBM e CNDM), e Rayssa Cristina Feitosa Cruz, Chefe de Divisão no CDM; da Secretaria-Executiva do Ministério das Mulheres, Simone Medeiros, Assessora da Secretaria-Executiva do Gabinete da Ministra do MMulheres; do projeto de articuladoras territoriais de políticas para mulheres (PNUD), Luciana Jaccoud, Coordenadora Técnica Nacional; da Assessoria de Comunicação do Ministério das Mulheres, Júlia Chaves, Assessora; do MEC, Lara Vilela, do MPI, Eliamara Terena; do MDS, Cristiana Oliveira, Assessora; e, da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (SENEV/MMULHERES), Jhonathan Gilson Lima Batista, Coordenador do Gabinete; Anita Cunha Monteiro, Coordenadora-Geral de Prevenção à Violência contra Mulheres; Ana Flávia Joergensen, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça substituta; Regina Célia Rezende, da CGFR/SENEV; Kelly Caroline dos Santos Garcêz, Coordenadora da Diretoria de Proteção de Direitos (DPD); Thayná Rodrigues Cunha Porto, Chefe de Divisão da DPD, em participação virtual; Natália Veloso Holanda, Analista Técnica de Políticas Sociais da CGCAM; Guilherme Lucas, Analista Técnico de Políticas

Sociais da CGPV; Pollyanna Gonçalves Borba, Técnica de Secretariado da DPD; e Kelly de Freitas Costa, Apoio Administrativo III na DPD/SENEV. A 9ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Pacto teve como pautas: I - Informes; II - Recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU); III - Leitura do Relatório de Atividades 2025-2026 para aprovação; IV - Outros; e V - Encaminhamentos. A reunião foi aberta pela Secretária-Executiva do Comitê Gestor do PNPF, Estela Bezerra, com a verificação e confirmação do quórum, constatada a presença de 7 (sete) membros dos órgãos integrantes do CGPNPF (MMULHERES, CC/PR, MGI, MJSP, MPO, MPI e MS) e registrada a ausência de 4 (quatro) Ministérios (MDS, MDHC, MEC e MIR), conforme o art. 9º, § 2º, do Regimento Interno do Comitê Gestor, aprovado pela Portaria GM/MMULHERES nº 316/31, de 30 de novembro de 2023, que dispõe que "o quórum de reunião do Comitê Gestor é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples". Consultados os membros, não houve sugestão de inclusão de pauta. Na pauta de informes, a Secretária-Executiva, Estela Bezerra, apresentou as instâncias convidadas presentes e informou que o Ministério das Mulheres está atualizando a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que passará a contemplar expressamente as meninas, considerando as legislações, estratégias e políticas públicas específicas para essa faixa etária, bem como os novos marcos legais e institucionais que reconhecem novas formas de violência contra as mulheres, e que o referido produto será submetido ao CG-PNPF para validação e contribuições dos Ministérios. Acrescentou que também está em elaboração o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, resultado da conferência realizada entre setembro e outubro do ano passado, retomada após 10 (dez) anos sem realização. Em seguida, passou à leitura da situação das Recomendações do Relatório de Recomendação nº 1516824 da Consultoria da CGU, informando que se encontram a concluir as recomendações relativas ao estabelecimento de cronograma para a conclusão do modelo lógico e do plano de ações, com prazos e responsáveis por etapa; à articulação com os demais Ministérios e a Casa Civil para o levantamento das informações essenciais ainda não disponíveis no plano de ação, com avanços significativos, inclusive no âmbito do Pacto Brasil entre os Três Poderes, estando próxima da conclusão; ao estabelecimento de sistema de monitoramento com metas e indicadores claros e mensuráveis; e à instituição de gestão de riscos estratégicos para o PNPF, envolvendo a Alta Administração do Ministério das Mulheres, também próxima da conclusão; e que foi concluída a recomendação de fomentar, junto aos Ministérios, a gestão de riscos operacionais que possam impactar a execução do Pacto. Informou que o prazo para a próxima prestação de informações à auditoria da CGU é 25 de setembro de 2026 e ressaltou que o atendimento das recomendações depende diretamente das informações e contribuições dos órgãos que compõem o Comitê Gestor. Com a palavra, a senhora Julia Heide, da CGU, contextualizou que o plano de trabalho da CGU previa, em 2023, uma avaliação do PNPF, substituída pelo trabalho de consultoria sobre o plano de ação, concluído em meados de 2024, do qual resultaram as recomendações. Considerando os novos instrumentos em construção e que o Plano de Ação do Pacto tem conclusão prevista para 2027, sugeriu a sistematização de lições aprendidas sobre as dificuldades de implementação das ações, identificando o que funcionou e o que não funcionou, para que sejam contempladas nos novos instrumentos, e colocou a CGU à disposição para contribuir. Quanto ao prazo de 25 de setembro de 2026, ponderou que, caso não seja viável o atendimento até essa data, é possível dialogar sobre prazo mais adequado. A Secretária-Executiva agradeceu as contribuições e a forma pedagógica com que a CGU tem acompanhado o Comitê, informou que o Ministério das Mulheres tem absorvido o aprendizado das demais instâncias no processo de sistematização da Política Nacional e do Plano Nacional, que também demandarão metas de monitoramento e instâncias de governança, e solicitou que a sugestão fosse registrada para consideração. Na sequência, a Diretora de Proteção de Direitos (SENEV/MMulheres), senhora Terlúcia Silva, que compartilha a coordenação do Comitê, retomou as considerações da CGU, ressaltou a importância de prestar contas à sociedade quanto às 73 (setenta e três) ações pactuadas no âmbito do PNPF e informou que o relatório de ações de 2025 se encontra concluído e seria apresentado na reunião para validação, com vistas à sua publicização, destacando a seriedade da pauta. A senhora Patricia Secco, da AECI/MMulheres, corroborou as manifestações, parabenizou o Comitê pelo trabalho e informou que o controle interno atua em parceria com os Ministérios, de modo que as recomendações e orientações visam agregar valor às entregas. Passando à apresentação do monitoramento da execução orçamentária e financeira, o Coordenador do Gabinete da SENEV/MMulheres, senhor Jhonathan Lima, apresentou os dados do Tesouro Gerencial, captados a partir das ações orçamentárias indicadas pelos Ministérios, informando que a dotação atualizada das ações do PNPF em 2026 é de aproximadamente R\$ 1,12 bilhão e que houve, em agosto, suplementação orçamentária de cerca de R\$ 50,5 milhões, sendo R\$ 42,4 milhões no MDS e R\$ 5,7 milhões no MEC, somados a R\$ 2,4 milhões

anteriormente suplementados na SENEV. Informou, ainda, que, no consolidado dos exercícios, a dotação já alcançou cerca de R\$ 2,4 bilhões, próximo ao montante de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões anunciado pelo Governo Federal, com cerca de R\$ 1,8 bilhão em despesas empenhadas e taxa de liquidação de 95,52%, e que, em 2025, a dotação atualizada foi de R\$ 942 milhões, com baixo saldo de crédito disponível e despesas inscritas em restos a pagar, especialmente em ações que envolvem obras. Aberta a palavra para dúvidas, o senhor Nicolau Faustino, da CC/PR, observou que cerca de R\$ 400 milhões ainda não foram empenhados e solicitou a identificação dos Ministérios e das ações correspondentes, manifestando preocupação com a execução dos valores não empenhados. O senhor Jhonathan Lima informou que os maiores valores se concentram no MJSP e no Fundo Nacional de Assistência Social, cuja dotação, de R\$ 621 milhões, tem R\$ 365 milhões empenhados, tratando-se de serviço com execução mensal, e comprometeu-se a detalhar as informações no Tesouro Gerencial e a incorporar a observação ao relatório. A Secretária-Executiva informou que será disponibilizado o link do monitoramento orçamentário para que, com o apoio do MPO, sejam analisados os Ministérios e as ações com maiores gargalos, a exemplo de acompanhamentos dirigidos já realizados anteriormente. A senhora Tatiana Sandim, do MPO, solicitou o link, recordou a conversa realizada após a última reunião sobre o cálculo dos recursos e a dificuldade de dissociar determinadas ações, como as do Fundo Nacional, para definir o que integra o Pacto, colocou o Ministério à disposição para dar continuidade ao debate, com vistas à acurácia dos valores, e propôs conversa na semana seguinte, após a disponibilização do link. O senhor Jhonathan Lima acrescentou que indicará no link as despesas inscritas em restos a pagar, para análise pelos próprios Ministérios. Passando ao Relatório de Atividades, a Secretária-Executiva informou que foi feito o recorte de 2025, já consolidado, e que se aguarda o envio das informações de 2026 pelo MDHC, MGI, MIR e MJSP para a consolidação do relatório referente a 2026. Foi apresentado o balanço das 73 (setenta e três) ações do Plano de Ação em 2025, com cerca de 85% das metas alcançadas: 18 de 22 ações de prevenção primária, 18 de 20 de prevenção secundária, 2 de 4 de prevenção terciária e 24 de 27 ações transversais. A Secretária-Executiva solicitou a aprovação do relatório para sua imediata publicização e destacou que, em 2026, os Ministérios passaram a executar ações não previstas no planejamento, a exemplo da Operação Mulher Segura, do MJSP, antes realizada em agosto e que passou a ser mensal, em razão da dinamização da atuação intersetorial promovida pelo Pacto Brasil entre os Três Poderes, reforçando o pedido de envio dos relatórios pendentes. A Coordenadora Kelly Garcêz, da SENEV/MMulheres, informou que os dados apresentados se baseiam exclusivamente nas informações enviadas pelos Ministérios ao Ministério das Mulheres. A senhora Maria Clara D'Ávila Almeida, do MJSP, indagou se a atualização se restringiria ao plano de ação vigente e como seria feita a inclusão de novas ações executadas em 2026. A senhora Terlúcia Silva destacou a importância da prestação de contas das 73 (setenta e três) ações, diante de questionamentos sobre a execução do PNPF, razão pela qual o relatório de 2025 se concentra nessas ações, e sugeriu que o relatório de 2026 mantenha as 73 ações e inclua seção específica para as demais ações de enfrentamento às violências e ao feminicídio executadas pelos Ministérios, a partir de instrumento mais simples a ser encaminhado aos órgãos. A Secretária-Executiva considerou pertinente a questão, pontuou que o instrumento está previsto no PPA até 2027 e que o Comitê deverá responder, inclusive orçamentariamente, pelas 73 ações, e propôs que as ações executadas, mas não planejadas, sejam incluídas no relatório nessa condição, com orientação aos Ministérios para complementarem os relatórios já entregues. A senhora Tatiana Sandim, do MPO, considerou o movimento salutar e sugeriu o estabelecimento de fluxo de atualização das ações do Plano, uma vez que algumas ações se encerram e outras se iniciam, evidenciando a atenção constante do Pacto ao alcance de seus objetivos. A Secretária-Executiva acrescentou que o Comitê tem competência para aprimorar e revisar as metas, que as novas ações, oriundas de outra instância, deverão ser compatibilizadas com o Plano de Ação, mencionando também a ADPF nº 1242 como fator de reposicionamento do governo, e que é necessária uma avaliação dos três anos do Comitê, por meio de relatório de gestão, sobre o que foi alcançado e o que ainda precisa ser feito, a ser tratada em reunião de trabalho, a partir de proposta da coordenação dialogada com a Casa Civil, em convergência com a atualização da Política Nacional e do Plano Nacional. O senhor Nicolau Faustino, da CC/PR, destacou a importância dessa discussão e do diálogo entre o PNPF e o Pacto Brasil entre os Três Poderes, observando que ações dos Ministérios vinculadas ao Pacto Brasil não constaram do relatório, e manifestou preocupação com a contagem em duplicidade das ações, ressaltando a necessidade de clareza e transparência na separação entre as instâncias. Foi explicado que as informações foram encaminhadas pelas Secretarias-Executivas dos Ministérios, a partir de roteiro enviado a todos os órgãos, e que o relatório a ser publicizado será elaborado a partir da consolidação, atualmente em planilha, em linguagem acessível, para validação e anuência dos

Ministérios por e-mail antes da publicação no sítio eletrônico do PNPF. A senhora Laudjane Domingos da Silva, Conselheira do CNDM, integrante da Câmara de Monitoramento do Conselho, solicitou o encaminhamento ao Conselho dos relatórios de 100 e 200 dias do Pacto Brasil entre os Três Poderes, destacou que o percurso até aqui representa uma vitória para as mulheres e ressaltou a necessidade de atenção às ações cuja efetividade depende do envolvimento de estados e municípios, a exemplo da Casa da Mulher Brasileira, pauta considerada fundamental pelo Conselho. A Secretária-Executiva informou que os relatórios de 100 e 200 dias estão disponíveis no sítio eletrônico do Pacto Brasil, publicização do Comitê daquela instância. A Coordenadora Kelly Garcêz informou que o documento a ser votado (Relatório de Atividades 2025) foi apresentado na 8ª Reunião Ordinária, ocasião em que foi aberto prazo para complementações, e que as informações adicionais encaminhadas pelos Ministérios foram incorporadas, sem supressão ou criação de ações. A Secretária-Executiva ressaltou que as informações consolidadas foram prestadas de boa-fé pelos servidores e representantes dos Ministérios e submeteu à deliberação o relatório consolidado referente a 2025, que foi aprovado, sem manifestações contrárias, pelas representantes presentes, ficando a síntese a ser publicizada sujeita às contribuições dos Ministérios. O senhor Lennon Corezomá, do MPI, indagou se entrega do Ministério referente ao produto com a UFPR, que aponta aumento de cerca de 500% nos registros de feminicídio de mulheres indígenas, deveria compor o relatório de 2025 ou de 2026. A Secretária-Executiva pontuou que a entrega comporá o relatório de 2026, ponderou que o aumento decorre, em grande medida, do reconhecimento e da notificação de casos antes não identificados, alertou para a necessidade de cuidado metodológico na apresentação de taxas relativas a populações reduzidas e solicitou que o MPI socialize o instrumento após sua validação. Registra-se que a representante do MS, senhora Angela Leal, precisou se ausentar antes do término da reunião, tendo em vista a necessidade de se encaminhar para o aeroporto. Como encaminhamentos, ficaram acordados: (I) elaboração, pela coordenação do Comitê Gestor (SENEV/MMulheres), da síntese do Relatório de Atividades referente a 2025, em formato de relatório para publicização no sítio eletrônico do PNPF, e seu envio aos Ministérios até 25 de setembro de 2026; (II) prazo de uma semana, a contar do envio, para contribuições e anuência dos Ministérios à síntese, previamente à publicização; (III) envio, pelos Ministérios pendentes, das informações de 2026, para consolidação do relatório referente a 2026; e (IV) disponibilização do link do monitoramento orçamentário, com indicação das despesas inscritas em restos a pagar, para análise conjunta com o MPO. A Secretária-Executiva agradeceu a presença de todas e todos e deu por encerrada a reunião às 16h57, da qual, para constar, eu, Guilherme Lucas, Analista Técnico de Políticas Sociais, lotado na Coordenação-Geral de Prevenção à Violência contra Mulheres (CGPV/SENEV/MMulheres), lavrei a presente Ata.

assinado eletronicamente

GUILHERME LUCAS

Analista Técnico de Políticas Sociais

Coordenação-Geral de Prevenção à Violência contra Mulheres

assinado eletronicamente

ESTELA BEZERRA

(Estelizabel Bezerra de Souza)

Secretária-Executiva do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios

Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres

Ministério das Mulheres



Documento assinado eletronicamente por **Estelizabel Bezerra de Souza**, Secretário(a), em 24/09/2026, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Lucas, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 24/09/2026, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **64616503** e o código CRC **AD02C028**.

Referência: Processo nº 21260.202115/2023-41

SEI nº 64616503